

Mensagem 070/2025. São Pedro do Butiá/RS, aos 08 de julho de 2025.

Ilmo. Sr. Moacir Steffens DD Presidente Câmara Municipal de Vereadores

Para apreciação desta Casa Legislativa, segue anexo o Projeto de Lei 070/2025, que AUTORIZA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA EXCEPCIONAL DE INTERESSE PÚBLICO DE 1 (um) PROFESSOR NÍVEL 1 (20 HORAS SEMANAIS) PARA O FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA EMEF SÃO FRANISCO DE BORJA.

JUSTIFICATIVA:

- A) A presente solicitação visa atender à necessidade de contratação de <u>1</u> (<u>um) Professor Nível 1</u>, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, em virtude da aposentadoria da professora Mágida Braga, prevista para o mês de agosto de 2025. Ressaltamos que a referida docente encontra-se atualmente em regência de classe, atuando com turma do Ensino Fundamental nesta instituição de ensino, o que evidencia a urgência na reposição do cargo para não comprometer o andamento das atividades pedagógicas.
- B) Informamos, ainda, que será utilizada a classificação dos candidatos inscritos no Processo Seletivo nº 001-E/2025, destinado ao cargo de Professor Nível 1 20 horas semanais, conforme previsto em edital e legislação vigente.
- C) Diante do exposto, solicitamos a apreciação e aprovação do presente Projeto de Lei, em regime de URGÊNCIA, a fim de assegurar a continuidade e a qualidade do ensino ofertado aos alunos da rede municipal.

Sem mais
Atenciosamente
NARCISO LUIS LENZ Prefeito Municipa



Projeto Lei 070/2025

AUTORIZA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO DE 1 (UM) PROFESSOR NÍVEL 1 (20 HORAS SEMANAIS).

ARTIGO 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar, pelo prazo de até 01 (um) ano, prorrogável por igual período, para cargo de PROFESSORES NÍVEL 1 (20 HORAS SEMANAIS), todos em razão de excepcional interesse público, conforme seguinte cargo abaixo:

Quantidade:	Função:	Carga Horária:	Vencimento Mensal:
01	PROFESSOR NÍVEL 1	20 horas semanais	2,20 PMS

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Todo reajuste concedido aos servidores em geral, será repassado também a este no mesmo índice e época.

PARÁGRAFO SEGUNDO – As referidas contratações do caput do artigo 1º, será utilizado lista de classificados do Processo Seletivo Simplificado nº 001-E/2025.

PARÁGRAFO TERCEIRO – No caso de confirmação de gravidez de contratada com base nessa lei, desde que durante a vigência do contrato, excepcionalmente fica autorizada a prorrogação do referido contrato até o término da licença gestante, assegurando assim a garantia constitucional da gestante até o término da referida licença.

ARTIGO 2º - O contrato de que trata o artigo 1º será de natureza administrativa, ficando assegurados além da remuneração estabelecida, os seguintes direitos:

- a) gratificação natalina proporcional;
- b) férias proporcionais acrescidas de 1/3 de férias proporcionais;
- c) inscrição no sistema oficial de previdência (INSS);

ARTIGO 3º - As atribuições e escolaridade do cargo constante no artigo 1º, serão conforme segue abaixo:

Cargo: PROFESSOR NÍVEL 1
Padrão Vencimento: 2.20 PMS

ATRIBUIÇÕES:

a) DESCRIÇÃO SINTÉTICA:

Exercer a docência na educação básica, em unidade escolar, nas creches escolares e pré-escolas. Orientar a aprendizagem do aluno na creche e áreas iniciais;



participar no processo de planejamento das atividades da creche municipal e áreas iniciais; organizar as operações inerentes ao processo de ensino-aprendizagem; contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino; Poderá ser necessário haver aulas na modalidade hibrida (presencial/ remota).

b) DESCRIÇÃO ANALÍTICA:

Planejar e executar o trabalho docente; levantar e interpretar dados relativos à realidade de sua classe; estabelecer mecanismos de avaliação; constatar necessidades e carências do aluno e propor o seu encaminhamento a setores específicos de atendimento; cooperar com a coordenação pedagógica e orientação educacional; organizar registros de observação do aluno; participar de atividades extraclasses; integrar órgãos complementares da escola; executar tarefas afins.

CONDIÇÕES DE TRABALHO: carga horária de 20 horas semanais.

REQUISITOS PARA PROVIMENTO:

- a) Instrução formal: formação mínima de nível médio na modalidade normal ou curso superior de licenciatura em normal superior ou pedagogia com habilitação em Educação Infantil, nos anos iniciais;
- b) Idade mínima: 18 anos.

ARTIGO 4º - As despesas decorrentes das contratações de excepcional interesse público serão atendidas por conta das dotações orçamentárias do Orçamento vigente a época da contratação.

ARTIGO 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

ARTIGO 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, AOS...



CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORARIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO BUTIÁ/RS E O SR.(A)
, COM BASE EM PERMISSIVO CONSTITUCIONAL – ARTIGO 37, IX DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL/88 E A TEOR DO DISPOSTO NA
LEI MUNICIPAL N°/20
Contrato administrativo de serviço temporário que entre si celebram o Município de São Pedro do Butiá, representado por seu Prefeito Municipal e o Sr.(a), (qualificação), doravante identificado simplesmente por CONTRATADO, tem certo, justo e acordado o seguinte:
CLÁUSULA PRIMEIRA:
O CONTRATADO trabalhará para o CONTRATANTE na função de, que consiste em (atribuições do cargo de), conforme autorização contida na Lei Municipal nº/20
CLÁUSULA SEGUNDA: Pelo serviço acima mencionado e prestado, o CONTRATADO perceberá a quantia de PMS, por mês, pagos em moeda corrente nacional, até o dia 05 do mês subseqüente ao trabalhado, ficando assegurados além da remuneração pelo período efetivamente trabalhado, os seguintes direitos: a) gratificação natalina proporcional; b) férias proporcionais com acréscimo de 1/3; c) inscrição no sistema oficial de previdência (INSS).
CLÁUSULA TERCEIRA: A jornada de trabalho do CONTRATADO será de XX horas semanais, prestadas de segunda à sexta-feira na Sendo a escola municipal onde prestará serviço
CLÁUSULA QUARTA: O presente contrato vigorará pelo prazo de
CLÁLICIU A OLUNTA.

CLÁUSULA QUINTA:

Qualquer das partes que desejar rescindir o presente contrato antes de seu término, previsto na cláusula anterior, deverá avisar a outra com antecedência mínima de 08 dias. Não restando a parte comunicada, direito à verba indenizatória, fora às previstas neste contrato. Ficando desde já estipulado que quando da rescisão por



qualquer uma das partes, não caberá indenização por uma expectativa de direto, pois o contrato pode ser rescindido a qualquer tempo por qualquer das partes.

CLÁUSULA SEXTA:

O presente contrato será sumariamente rescindido pelo CONTRATANTE, sem que ao CONTRATADO caiba qualquer reparação pecuniária, exceto os dias trabalhados até então, se o CONTRATADO incidir em qualquer das falhas arroladas no Estatuto dos Servidores como puníveis com a pena de demissão.

CLÁLIGIII A GÉTIMA:

TESTEMUNHAS:		
CONTRATANTE		CONTRATADO
São Pedro do Butiá/RS, aos	de	_de 20
Estando, assim, justos e contratado igual teor e forma que após lido, c partes e por duas testemunhas.		
CLÁUSULA NONA: Fica eleito o Foro da Comarca de decorrentes do presente contrato.	Cerro Largo para dirim	ir quaisquer controvérsias
CLÁUSULA OITAVA: As despesas decorrentes deste con XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	XXXX	da rubrica específica:
É licito ao CONTRATANTE aplicar CONTRATADO, nos casos e term regime jurídico dos servidores munic	nos previstos na lei m	-

